



**ENAN
PUR 2023**
Belém 22 a 26 de maio



A CIDADE NA FRONTEIRA: história e atualidade de Canaã dos Carajás¹

Ednalva Lima Carmo
UNIFESSPA

ST 06: cidade, história e identidade cultural.

Resumo. Esta pesquisa tem como objetivo compreender a história de Canaã dos Carajás, dando ênfase ao contexto de surgimento da cidade a partir das políticas de assentamento do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins - GETAT. Para isto, recorre-se aos dados históricos em literatura recente e clássica sobre a cidade e em banco de dados da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, os Relatórios da Empresa Vale, do IBGE, e FAPESPA. Por isso, faz-se necessário uma breve análise da dinâmica migratória, típica de cidades mineradoras, bem como um breve estudo sobre as mudanças no modo de vida e economia da cidade, que passa de uma economia agrícola para a economia mineral. Por isso pretendemos investigar como a mineração mudou a dinâmica e modernizou a produção do espaço urbano da cidade de Canaã dos Carajás-PA principalmente e sobretudo nas zonas centrais? Esta modernização só é possível por meio da abundância de recursos provenientes da CFEM, por conta da exploração mineral que dá no município desde 2004. Metodologicamente recorreremos a pesquisa bibliográfica e documental, documentos oficiais do município, bem como trabalho de campo.

Palavras-chave. Fronteira Amazônica, Produção da cidade, História, Modernização, Mineração.

ST 06: city, history and cultural identity.

Abstract. This research aims to understand the history of Canaã dos Carajás, emphasizing the context of the emergence of the city from the settlement policies of the Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins - GETAT. For this, historical data are used in recent and classic literature about the city and in the database of the Municipality of Canaã dos Carajás, the Reports of Empresa Vale, IBGE, and FAPESPA. Therefore, a brief analysis of the migratory dynamics, typical of mining towns, is necessary, as well as a brief study on the changes in the city's way of life and economy, which moves from an agricultural economy to a mineral economy. Therefore, we intend to investigate how mining changed the dynamics and modernized the production of urban space in the city of Canaã dos Carajás-PA, mainly and especially in the central areas? This modernization is only possible through the abundance of resources coming from CFEM, due to the mineral exploration that has been taking place in the municipality since 2004. Methodologically, we resorted to bibliographical and documentary research, official documents of the municipality, as well as field work.

Keywords. Amazon frontier, Production of the city, History, Modernization, Mining.

ST 06: ciudad, historia e identidad cultural.

Resumen. Esta investigación tiene como objetivo comprender la historia de Canaã dos Carajás, enfatizando el contexto de la emergencia de la ciudad a partir de las políticas de asentamiento del Grupo Ejecutivo de Terras do Araguaia Tocantins - GETAT. Para esto, se utilizan datos históricos en la literatura reciente y clásica sobre la ciudad y en la base de datos del Municipio de Canaã dos Carajás, los Informes de la Empresa Vale, IBGE y FAPESPA. Por tanto, es necesario un breve análisis de la dinámica migratoria, propia de los pueblos mineros, así como un breve estudio sobre los cambios en el modo de vida y economía de la ciudad, que transita de una economía agrícola a una economía minera. Por lo tanto, pretendemos investigar cómo la minería cambió la dinámica y modernizó la producción del espacio urbano en la ciudad de Canaã dos Carajás-PA, principalmente y especialmente en las áreas centrales? Esta modernización solo es posible gracias a la

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/Unifesspa). Membro do Grupo de Pesquisa Geografia Regional e Produção do Espaço (Gerpe/Unifesspa). E-mail: ednalva.lcarmo@gmail.com. Orientador: Prof. Dr. Gabriel Outeiro. Coorientador: Prof. Dr. Eudes Leopoldo.

abundancia de recursos provenientes del CFEM, debido a la exploración minera que se viene realizando en el municipio desde el año 2004. Metodológicamente se recurrió a la investigación bibliográfica y documental, documentos oficiales del municipio, así como a estudios de campo.

Palabras clave. Frontera amazónica, Producción de la ciudad, Historia, Modernización, Minería.

1 Introdução

Canaã dos Carajás, é um município minerador do sudeste paraense, de uma região denominada Região de Carajás, por ser fortemente influenciada pela importância econômica da Serra dos Carajás, região de forte potencial para a exploração mineral. Veja a figura 1, a localização da cidade no estado do Pará.

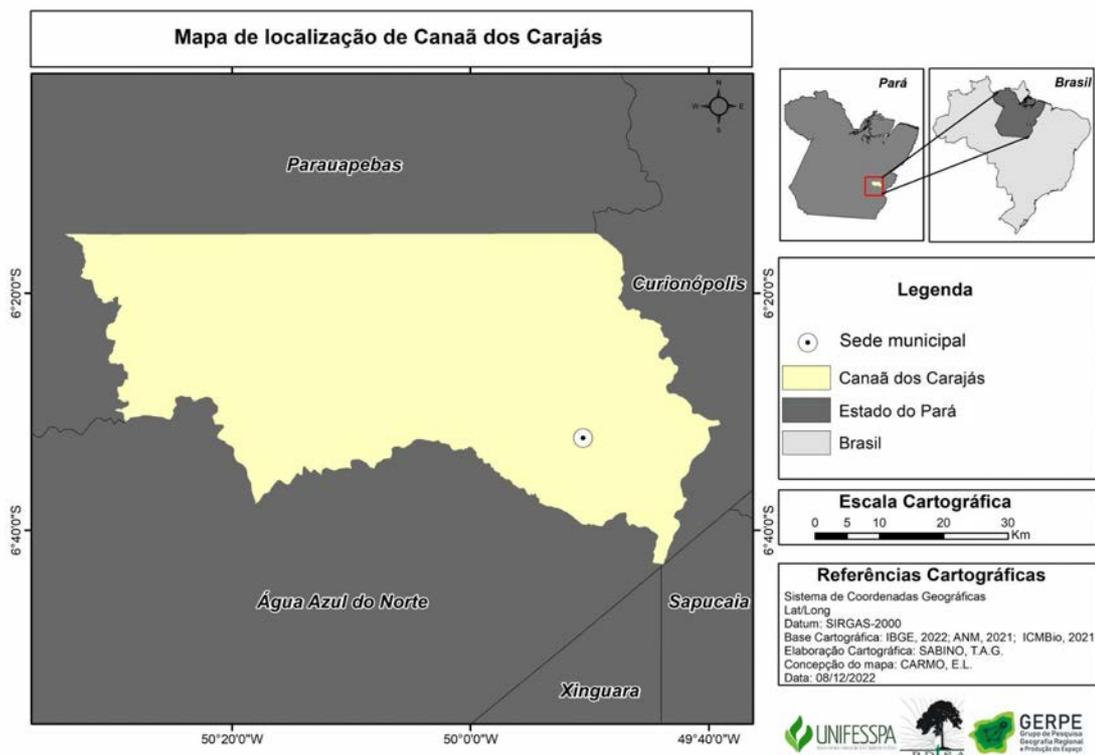


Figura 1: Localização de Canaã dos Carajás. Fonte: IBGE, 2022.

A cidade é produto das relações com a sociedade no seu conjunto, com sua composição e seu funcionamento, com seus elementos constituintes - campo e agricultura, poder ofensivo e defensivo, poderes políticos, Estados etc. (LEFEBVRE, 2001, p. 51), é a materialização das condições gerais de produção (LENCIONI, 1985). Canaã dos Carajás, produto social e materialização das condições gerais de produção, é fruto de um projeto de assentamento que tinha como base a agricultura familiar e o rural como elemento central da dinâmica social. Contudo, o município tem vivenciado transformações profundas tanto no campo, como na cidade, motivadas, principalmente, pelas ações da mineradora Vale (LOPES *et al.*, 2018, p. 119).

Esta pesquisa tem como objetivo compreender a história e a atualidade de Canaã dos Carajás, dando ênfase ao contexto de surgimento da cidade a partir das políticas de assentamento do Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins - GETAT. Para

isto, recorre-se aos dados históricos em literatura recente e clássicas sobre a cidade e em banco de dados da Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, como: o Plano Diretor Participativo- PDP (2007), o Plano Local de Habitação e Interesse Social - PLHIS (2013, 2016), os Relatórios da Empresa Vale (2014), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará - FAPESPA (2014).

Metodologicamente a pesquisa constitui-se em quatro momentos. Primeiro, pesquisa bibliográfica, com a busca de referências que tratam dos processos em análise, no sentido de construir uma fundamentação teórica amparando-se em autores e conceitos que iluminem nossas inquietações sobre a atuação da Vale na cidade de Canaã dos Carajás. O segundo momento é a construção do banco de dados com base nesse levantamento de dados primários e secundários, que permitirá a seleção de tabelas e gráficos, entre outros que venham contribuir para desvendar os processos em estudo. E o terceiro momento é a pesquisa de campo, para registros fotográficos e mapeamento de e a redação do texto da pesquisa.

Por isso faz-se necessário uma breve análise da dinâmica migratória, típica de cidades mineradoras, bem como um breve estudo sobre as mudanças no modo de vida e economia da cidade que passa de uma economia agrícola para a economia mineral com a implantação da Mina do Sossego. O que nos leva a inferir que a exploração mineral das jazidas do Sossego, que iniciou em 2004, e mais recentemente a de S11-D, que começou em 2016, mudaram e modernizaram a produção do espaço urbano da cidade de Canaã dos Carajás-PA.

1.1 As políticas de assentamento do GETAT

Mesmo frágil, o debate sobre o desenvolvimento da região impõe-se desde pelo menos a década de 1930. No entanto, como as demandas por produtos da região Amazônica eram em sua maioria externa, as políticas de articulações entre os governos (local e/ou regional e nacional) eram tímidas. Em vista disto, as elites locais almejavam por políticas que valorizassem a borracha e integrassem a região à economia nacional e havia também o interesse da indústria nacional pela matéria-prima da borracha a preços mais baratos (OLIVEIRA, TRINDADE e FERNANDES, 2013, p. 203).

Por conta de suas enormes reservas de recursos e a sua vinculação com a noção imperante de um “vazio demográfico”, a Amazônia foi considerada pelos governos militares uma área associada a problemas de toda a ordem, como econômicos, sociais e geopolíticos. Era preciso ocupar a região e elevar a capacidade industrial do país. Para isto, o governo criou várias estratégias, dentre elas os Plano Nacionais de Desenvolvimentos (PNDs I e II), que juntos conseguiram somar vários feitos para a economia, todavia estas estratégias de desenvolvimento geraram impactos sociais e ambientais adversos nas áreas rurais e urbanas da Amazônia (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004, p. 108).

Foi com a abertura da Belém-Brasília, BR-010, iniciada na década de 1950 e inaugurada em 1974, que houve a possibilidade de novos movimentos de ocupação da Amazônia. O projeto Missão Presbiteriana levou trabalhadores do Nordeste para a região amazônica, com o intuito de amenizar tensões entre os agricultores pobres e

sem terras do Nordeste, conforme o discurso dominante. A mesma ideologia, posteriormente, originou o *slogan* “Terras sem homens para homens sem terra!” (HÉBETTE e ACEVEDO, 1979).

O governo federal também dedicou maior atenção às duas regiões, Amazônia e Nordeste, por considerá-las “problemáticas”. Assim, a construção das rodovias Transamazônica (BR-230), Cuiabá-Santarém (BR-163) e a Perimetral Norte (BR-210), a implementação de projetos de colonização, a redistribuição de terras desocupadas e a promoção das agroindústrias foram estimuladas pelo governo federal (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004, p. 112).

Ocorre que a Amazônia é parte do Brasil e seus problemas decorrem das contradições intrínsecas ao modo de inserção do país no sistema capitalista mundial e a acelerada reorganização da sociedade brasileira (BECKER, 2008, p. 223). Então, para o Estado, incentivar a colonização da Amazônia aparentemente resolveria vários problemas: a ocupação dos chamados “vazios demográficos” tornaria estes espaços cultiváveis com o incentivo à produção agrícola de feijão, arroz, banana, entre outros, e ainda aliviaria as tensões sociais na região Nordeste, ao mesmo tempo que reduziria as pressões a favor de uma reforma agrária através do estímulo à migração das populações nordestinas (SERRA e FERNÁNDEZ, 2004, p. 112)

No entanto, mesmo que o Estado apostasse nas pequenas propriedades para a produção agrícola, o maior foco dos programas de desenvolvimento eram os projetos de criação de gado. Por exemplo, entre os anos de 1975 a 1989 a SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) aprovou 1.199 projetos no estado do Pará, dentre os quais 638 eram destinados à criação de gado bovino, 397 à indústria, 68 à agroindústria, 96 aos serviços básicos (telecomunicações, infraestrutura, energia elétrica, transportes etc.) e setoriais — pesca industrial, turismo etc. (PEREIRA, 2013, p. 06).

Em 1980, o Governo Federal criou o GETAT, órgão que tinha como missão minimizar os conflitos na região do Araguaia-Tocantins. Vinculado à Secretaria de Segurança Nacional, este órgão passa a assumir as funções que antes eram destinadas ao INCRA (Instituto de Colonização e Reforma Agrária), onde este não estava obtendo êxito.

Art 1º É criado o Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT), com a finalidade de coordenar, promover e executar as medidas necessárias à regularização fundiária no Sudeste do Pará, Norte de Goiás e Oeste do Maranhão, nas áreas de atuação da Coordenadoria Especial do Araguaia-Tocantins, criada na forma do disposto no artigo 1º do Decreto-lei nº 1.523, de 3 de fevereiro de 1977 (DECRETO-LEI Nº 1.767, DE 1º DE FEVEREIRO DE 1980).

Então, "as regiões localizadas entre o sudeste do estado do Pará, o norte do estado de Goiás (atual estado do Tocantins) e o oeste do Maranhão, passam a ser coordenadas pelo GETAT, no que se refere ao processo de regularização e

reordenamento fundiário" (CORRÊA, 2016, p. 17). O Estado, através de suas instituições, precisa materializar-se nestes espaços como agente detentor de poder e agente planejador, que articula ações entre a sociedade e o espaço. No entanto, o controle desse espaço, no sentido do reordenamento territorial (e fundiário), pressupõe conflitos existentes internamente na sociedade, isto é, um novo desenho fundiário desafia o quadro até então instituído e seus beneficiários e que a propriedade da terra faz-se necessária para a delimitação do espaço, que é marcado por disputas e por conflitos (CORRÊA, 2016).

De acordo com Corrêa (2016), as cidades de Marabá, Altamira e Itaituba ganharam notoriedade nos programas de colonização, pois estas receberam os imigrantes atraídos por esses programas, como o Programa de Integração (PICs), que distribuía terras de 50 a 100 hectares, ao longo da Rodovia Transamazônica. Além dos projetos de colonização dirigida, ou seja, aqueles programas criados e/ou coordenados pelos órgãos governamentais. Houve também na região a colonização “espontânea”, ou seja, aquela que não está ligada diretamente a nenhum programa governamental, tipo de colonização muito comum na região, os camponeses vão em busca de terra e/ou trabalho, geralmente estes camponeses vieram do Nordeste (CORRÊA, 2016, p. 19).

Em 1982, com o apoio da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), o GETAT criou no sudeste paraense os projetos de assentamento Carajás I, II e III (CRUZ e CONGILIO, 2017, p. 130). O objetivo do GETAT, era amenizar as situações de conflito de terras, centralizado em torno da região do bico do papagaio (HALL, 1989, p. 126) no norte do atual estado do Tocantins.

No entanto, mesmo com a atuação mais direta deste órgão governamental na região do sudeste paraense, acirram-se os conflitos entre grileiros, posseiros e empresários. Essa disputa pela posse da terra foi realizada sobre questão fundiária, sobre a posse da terra propriamente dita, especificamente em Marabá e suas áreas de influência (CORRÊA, 2016, p. 22). Para a região onde hoje está a cidade de Canaã dos Carajás, pensou-se nos Centros Administrativos de Desenvolvimento Regional, os chamados CEDERE I, II e III, permitindo que as famílias de imigrantes vindos de vários estados, principalmente do Maranhão, Tocantins e Goiás (LIMA, 2003, p. 17), fossem assentadas na região. Ao receberem seus lotes rurais, cada família dedicava-se à lavoura e pequenas criações de animais, conforme mostra a tabela 1.

NOME	ANO DE CRIAÇÃO	NOME ATUAL	MUNICÍPIO PERTENCENTE ATUALMENTE
CEDERE I	1983	CEDERE I	Parauapebas
CEDERE II	1982	Canaã dos Carajás	Canaã dos Carajás (Sede municipal)

CEDERE III	1985	Vila Ouro Verde	Canaã dos Carajás – 42 km da sede municipal
---------------	------	--------------------	--

Tabela 1: Centros de Desenvolvimento Regionais I, II e III. Fonte: PMCC (2007), LIMA (2003). Org.: a autora.

Portanto, é na década de 1980 que o atual município de Canaã dos Carajás, sobretudo a cidade e sua zona de influência, apresenta uma ocupação mais consolidada derivada especialmente de uma indução estatal, com parcerias com a atividade privada, na perspectiva de ocupação da Amazônia. Uma das características marcantes dessa região é sua dinâmica socioeconômica e espacial relacionada aos processos oriundos da exploração mineral (PLHIS, 2013, p. 18), que se tornou a principal fonte da economia municipal, elevando este município à categoria de um dos maiores Produto Interno Bruto - PIB do estado do Pará, que vem vivenciado profundas transformações.

É uma cidade que deriva das migrações do interior do Pará e outros estados, como Maranhão e Tocantins (a partir do desmembramento do estado de Goiás e a criação do estado do Tocantins). Canaã dos Carajás constitui-se como uma miscelânea cultural goiana, mineira e de tantos outros estados, que juntos fazem a identidade deste local. Além da zona urbana, a zona rural de Canaã dos Carajás também se mantém muito expressiva e é composta por algumas vilas e assentamentos. As principais vilas rurais são: Vila Planalto, Vila Bom Jesus, Vila Feitosa, Vila Ouro Verde, Vila Mozartópolis e Vila Serra Dourada. É válido ressaltar que a maioria destas vilas sofreram um esvaziamento por conta da mineração, mas algumas, por estarem próximas ou estrategicamente localizadas nas redondezas do perímetro dos projetos, cresceram bastante, como é o caso das vilas Planalto e Bom Jesus.

A Vila Planalto é a mais próxima da zona urbana, fazia parte da área denominada pelo GETAT de CEDERE II e vem passando por intenso processo de modificação por estar estrategicamente localizada em um entroncamento, entre a Mina do Sossego e outras vilas do município, Parauapebas, a VS-45 que dá acesso ao projeto de mineração Cristalino e a sede da cidade de Canaã dos Carajás. Por sua proximidade com o centro urbano do município, a vila passou por um incremento populacional, sobretudo a partir de 2004, alterando suas características rurais (PDP, 2007, p. 178).

De todas as vilas é a que tem a infraestrutura melhor estruturada, pois conta com um comércio e serviços básicos. Já a Vila Bom Jesus surgiu no processo de assentamento do GETAT que, ao assentar colonos na área, fomentou a formação de um núcleo com comércio, igreja, escola, e outras instalações básicas (PDP, 2016, p. 170). Posteriormente nesta vila foram chegando mais pessoas, remanescentes dos garimpos bem próximos dali. É a vila mais próxima do projeto Sossego e, por estar muito perto, apresenta alguns impactos diretos por conta da atividade mineradora. Pela proximidade, esta vila recebeu alguns benefícios diretos e alguns projetos da Vale em parceria com outras instituições, que deram alguns resultados positivos à comunidade, como: a formação do grupo de mulheres ceramistas, surgido a partir de

um curso ofertado pela Vale no Projeto de Educação Patrimonial; em parceria com a Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, surgiram o Projeto Economia Solidária e o Projeto de Apicultura, este último abrangeu mais parceiros, a Agência Canaã e Associação Itakyra; construiu-se ainda uma biblioteca pública; e o Programa Rede Cultura, da Fundação Vale do Rio Doce (FVRD).

A Vila Feitosa também surgiu do assentamento do GETAT e da ocupação por colonos da Fazenda Três Braços, a partir de 1983 (PDP, 2016, p. 172). Segundo o PDP (2016), esta vila está a 23 km da zona urbana e recebeu este nome por conta de um dos seus primeiros moradores, o senhor Feitosa, dono da mercearia e bar da vila, o qual era ponto de referência.

Por sua vez, a Vila Mozartinópolis, surge no final da década de 1970 e início dos anos 1980 (PDP, 2007), foi a primeira vila que surgiu, mesmo quando ainda não se tinham os projetos de assentamento do GETAT. Surge em decorrência de uma ocupação de fazendeiros e pequenos proprietários na região próxima à atual área ocupada (PDP, 2007, p. 174). A vila é a mais distante do núcleo urbano de Canaã dos Carajás, localiza-se no limite da Serra Sul (dentro da Flona Carajás), e próximo ao limite com o município de Água Azul do Norte. Há a presença de sítios arqueológicos, tendo sido definida pelo Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) como referência arqueológica do município. Por conta da presença deste sítio arqueológico, Mozartinópolis juntamente com a Vila Bom Jesus foram contempladas pelo projeto piloto de Educação Patrimonial que a Vale juntamente com o museu promoveram, reunindo mulheres destas vilas para formação técnica, de onde surgiu o grupo de mulheres ceramistas, hoje, associado à Vila Bom Jesus (PDP, 2007, p. 174).

Por sua vez, a Vila Ouro Verde fazia parte das estratégias de assentamento do GETAT, foi a sede administrativa do CEDERE III. Realizado o plebiscito, a partir de 15 de abril de 2000, esta localidade passou oficialmente a ser chamada de Vila Ouro Verde, em alusão à agricultura que caracteriza a vida econômica de seus moradores (PDP, 2007, p. 176). Os moradores se serviam de alguns privilégios, pois a vila possuía instalações que atendiam o escritório do GETAT, como gerador de energia elétrica e poço artesiano, bem como era onde se distribuem as ferramentas e sementes (PDP, 2007).

Esse movimento de constituição das vilas realiza-se simultaneamente ao processo de emancipação de Canaã dos Carajás, cujo território era pertencente à Marabá, um grande polo de serviços na região. Marabá destaca-se hegemonicamente durante os vários ciclos econômicos que envolveram a região por décadas de ocupação e pela sua ligação histórica com os municípios vizinhos. A partir da figura 2, o mapeamento mostra que é com o desmembramento de Marabá que vários municípios no seu entorno são formados, dentre eles: Parauapebas e, posteriormente, Canaã dos Carajás. Em 1988, do município-mãe (Marabá) foram emancipados os municípios de Parauapebas (tendo como sede a cidade que englobou o antigo núcleo de Parauapebas e o núcleo Rio Verde) e Curionópolis (COELHO, 2008, p. 258).

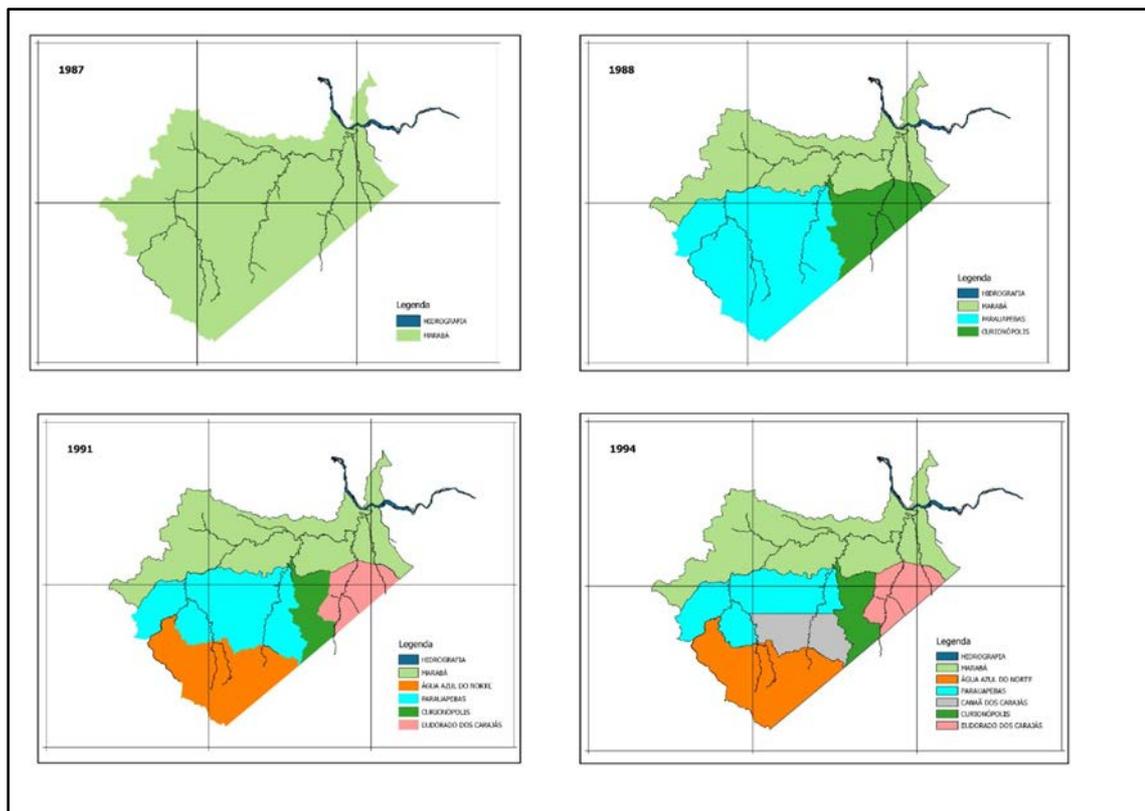


Figura 2: Municípios formados a partir de Marabá. **Fonte:** IBGE(2021).

Em 1991 foi criado o município de Eldorado de Carajás. A partir daí tem início uma divisão sucessiva de municípios. Ainda em 1991, de Parauapebas e Xinguara foi desmembrado Água Azul do Norte (COELHO, 2008, p. 258). Desta forma, o desligamento político de Canaã dos Carajás deu-se em dois momentos. Primeiro, quando Parauapebas desligou-se de Marabá em 10 de maio de 1988, através da Lei nº 5.443/88, Canaã dos Carajás ainda era o CEDERE II, agora pertencente politicamente ao recém-criado município. O segundo momento ocorre com sua emancipação de Parauapebas, que veio a ocorrer em 05 de outubro de 1994 por meio da Lei Estadual nº 5.860/94 (LIMA, 2003, p. 17). Para a escolha do nome foi realizado um plebiscito entre os moradores. Tinham duas opções de escolha, a primeira era "Princesa de Carajás" e a segunda "Canaã dos Carajás". A segunda opção foi a escolhida. A palavra "Canaã" do nome vitorioso significa "Terra Prometida", de origem bíblica judaico-cristã, e como grande parte da população pertence às religiões protestantes evangélicas, esta opção apresentou maior apelo com a comunidade que em 03 de abril de 1994 foi institucionalizada (LIMA, 2003, p. 17).

As especificidades de cada centro durante sua implantação determinaram as diferenças existentes hoje entre os núcleos originados dos três CEDEREs. Por exemplo, ilustrado nas figuras 3 e 4, o CEDERE II concentrava as atividades administrativas na sede do GETAT (posteriormente neste mesmo local funcionou a Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás e mais tarde a Secretaria Municipal de Educação), e técnicas do GETAT e da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública - SUCAM, de comunicação e uma pequena estrutura de arruamento. Este

centro administrativo foi instalado em uma área plana, distante dos outros. Já os dois outros centros, CEDERE I e III, possuíam poucas instalações complementares, eram mais próximos aos lotes rurais, o que determinou a evolução para vilas rurais; o CEDERE III é hoje a Vila Ouro Verde, em Canaã, e o CEDERE I é uma pequena vila de Parauapebas.

Figuras 3 e 4: Sede do GETAT no CEDERE II em setembro de 1987. Fonte: Acervo PMCC (2007).

Segundo dados do PDP (2007), as primeiras ocupações espontâneas que



antecederam a criação do município se deram por volta de 1977, quando pioneiros vindos pelo sul, da região de Xinguara (então parte de Conceição do Araguaia), estabeleceram pequenas propriedades agrícolas que mais tarde originariam a Vila Mozartópolis, uma das vilas rurais de Canaã dos Carajás.

Em seguida, por volta de 1979, surgem os madeireiros que iniciaram a formação das grandes fazendas de criação de gado de corte.

Em uma ação típica desta etapa da ocupação, madeireiros consorciavam-se com fazendeiros vindos das regiões Sul e Sudeste do País para alugar helicópteros que transportariam, desmontado, o maquinário (tratores e outros) utilizado na abertura de estradas rudimentares e na retirada de espécimes de valor comercial. Mateiros abriam uma clareira que permitisse o pouso do helicóptero; em seguida, montava-se o maquinário, abriam-se as estradas e a retirada era feita. As mesmas estradas por onde escoava a madeira posteriormente eram utilizadas pelos fazendeiros para entrar na área e derrubar a mata restante para instalar suas atividades. A divisão informal da terra era acordada entre os próprios fazendeiros, que utilizavam as estradas como marco. Desta época se tem notícia de três grandes fazendas: Umuarama, existente até hoje; Brasília; e Três Braços, todas de pecuária de corte (PDP, 2007, p. 53).

Contudo, posteriormente estas grandes fazendas foram desapropriadas para ceder lugar às pequenas unidades camponesas em assentamentos agrícolas. Com o passar do tempo, em processo de agregação estas pequenas unidades agrícolas transformam-se em pequenas e médias fazendas da região, criando no município de Canaã dos Carajás um processo de ocupação dinâmica e coordenado. Historicamente,

Em 1996, a estrutura fundiária do município de Canaã dos Carajás caracterizava-se por um elevado nível de concentração, dado que 4% dos estabelecimentos detinham 74% da área – grandes fazendas e latifúndios empresariais (com mais de 5.000 ha), uma média de 42 estabelecimentos. Por outro lado, 92% dos estabelecimentos (com até 200 ha) detinham apenas 20,5% da área, refletindo um intenso processo de concentração fundiária no município (CABRAL *et al.*, 2011, p. 39)

Desta forma, a cidade foi aos poucos reestruturando-se como um núcleo urbano que cresce muito rapidamente por conta da demanda migratória que a mineração impõe, cercada por pequenas e médias fazendas, sendo que as maiores propriedades estão mais afastadas do centro. Uma forte dinâmica migratória promovida pelas atividades da mineração intensifica a urbanização e uma proliferação de estabelecimentos rurais, que não acontece somente na cidade de Canaã dos Carajás, mas em toda a região de Carajás.

O projeto Ferro Carajás, o garimpo de Serra Pelada, a hidrelétrica de Tucuruí, entre outros projetos, atraíram milhares de trabalhadores, garimpeiros, peões, muitos dos quais oriundos de lavouras para a Região de Carajás (HÉBETTE, 2004, p. 32). Nessa região, que corresponde ao sul e sudeste do Pará, a mineração, de modo geral, tornou-se o carro-chefe nesse processo de atração populacional, direta ou indiretamente.

Historicamente a Região de Carajás recebe continuamente um grande contingente de pessoas e muitas empresas (nacionais e internacionais), motivadas por possibilidades de lucros, emprego e renda a partir de suas jazidas minerais e de vários outros produtos que motivam a cobiça por esse território oportuno às diversas atividades econômicas tanto no campo como na cidade. Hébette (2004, p. 32) insiste ao afirmar que havia tempo que o capital estrangeiro pesquisava clandestinamente na Amazônia, levantando e mapeando seus recursos, o que teria mudado nas décadas finais do século XX e que passou então a fazê-lo com respaldo da lei.

Dessa onda migratória resultam algumas disputas territoriais. Colonos, ribeirinhos, índios etc. sofrem com a expropriação de suas terras por grandes empresas. Muitas vidas de trabalhadores amazônicos são ceifadas num cenário onde a grilagem de terras - prática adotada para a posse ilegal - torna-se um meio de ocupação comum na Amazônia. Neste cenário, há o maior número de assassinatos de trabalhadores rurais, religiosos e advogados registrados no Sul e Sudeste do Pará (PEREIRA, 2015, p. 233). Neste território, palco de contradições e conflitos, onde as atividades ligadas à terra (agricultura, pecuária, atividades extrativistas) influenciam fortemente no processo de produção das cidades na Amazônia, a urbanização da fronteira está, desse modo, em grande parte, relacionada às trincheiras agrárias e em função da expansão da produção agropecuária e da mineração (LEOPOLDO, 2020).

Houve um processo de explosão demográfica nos municípios de Marabá e Parauapebas. Canaã dos Carajás acompanha este processo, sobretudo depois de 2010, quando se iniciam as obras de implantação do S11-D, como vemos no gráfico

1. Marabá passou de aproximadamente 60 mil habitantes em 1980 para quase 225 mil em 2010. Em trinta anos a população quase se quadruplicou. Parauapebas também passou por situação semelhante, passando de pouco mais de 50 mil habitantes em 1991 para quase 150 mil em 2010 e Canaã dos Carajás passou de 11 mil habitantes para 28 mil em 2010 (PLHIS, 2013, p. 32).

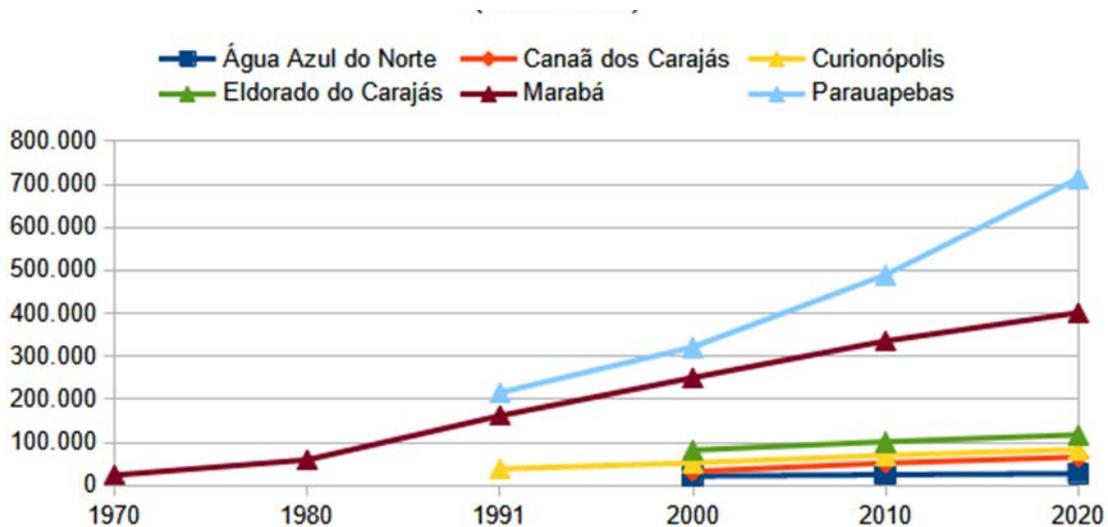


Gráfico 1: Crescimento Demográfico de alguns municípios da Região de Carajás (1970-2020). Fonte: IBGE, 2020.

Especificamente em Canaã dos Carajás grande parte dos migrantes vieram sobretudo dos estados de Goiás, do Maranhão e de outros espaços do Pará. Essa dinâmica é tão significativa, que foi constituído o bairro dos Maranhenses, que é justamente fruto de migrantes oriundos do Maranhão. Chegaram também migrantes oriundos de outros estados do Nordeste. Houve, portanto, a migração de vários lugares do país. Os colonos (Figura 5) que chegaram primeiro, antes e durante o processo de assentamento do GETAT identificam-se como “pioneiros”, pois segundo eles quando chegaram no local tiveram que construir toda a estrutura necessária para viverem, desde ruas até escolas.



Figura 5: Colonos no CEDERE II em 1982. Fonte: PMCC (2007).

Na figura 5, podemos perceber que a cidade como a conhecemos hoje praticamente inexistia, ela foi reestruturando-se nos moldes de uma comunidade agrícola e, posteriormente, por conta da atividade mineradora que deu um novo rumo ao seu crescimento. Uma cidade com um dos maiores PIBs do Pará e que se apresenta como modelo em muitos aspectos na região e até no Brasil, sua infraestrutura urbana atual evidencia como o espaço urbano é socialmente e desigualmente produzido, evidenciando as marcas de sua transformação em cidade do campo para a cidade da mineração.

1.2 De cidade do campo à cidade da mineração: as minas do Sossego e S11-D em Canaã dos Carajás

Canaã dos Carajás é uma pequena cidade na grande fronteira amazônica e está localizada em uma região economicamente estratégica para o estado do Pará e para o país no que se refere ao extrativismo mineral, sendo que a província mineral de Carajás é uma das mais importantes do país. No início de seu processo de colonização, o CEDERE II era uma comunidade com suas atividades voltadas ao campo. Sua economia baseava-se no cultivo de produtos agrícolas e seu solo foi considerado um dos mais férteis da região de Carajás. As produtividades de determinados cultivos agrícolas eram consideradas acima da média estadual e até nacional, a exemplo da mandioca, feijão e milho (PMCC, 2020, p. 03). Com o passar do tempo, sua produção de arroz, feijão e milho foi sendo substituída por capim para a formação de pastagens (CABRAL *et al.*, 2011, p. 40). A pecuária e a produção leiteira tornaram-se bastante significativas na região entre 1997 a 2000, com o efetivo

bovino aumentando de 168 para 311,5 mil cabeças, o que equivale a uma taxa de crescimento médio anual de 23% (CABRAL *et al.*, 2011, p. 43).

No entanto, vários problemas afligiam os moradores locais, tais como as péssimas condições das estradas e a falta de profissionais de saúde (médicos, enfermeiros e técnicos). Por exemplo, no único posto de saúde que tinha faltava apoio odontológico e de agentes comunitários. Cita-se também o desemprego, a falta de tratamento adequado na coleta e armazenamento de lixo, falta de apoio ao sistema educacional básico e inexistência do Ensino Médio (2º grau), falta de apoio ao esporte, cultura e lazer, entre outros. Isso se justifica porque o município não dispunha de meios financeiros para resolver essas carências (CABRAL *et al.*, 2011, p. 39). Ou seja, o período que antecede o ano 2000 de desenvolvimento do núcleo foi caracterizada pela precariedade de infraestrutura e da existência de pequenas casas comerciais voltadas para o atendimento à população da região (PLHIS, 2013, p. 48). Por isso, a população dependia muito dos serviços oferecidos nas cidades de Parauapebas e Marabá.

A atividade madeireira também se fazia expressiva na região, visto que se desenvolvia concomitante à formação das pastagens. Podia-se encontrar espécies nobres, a exemplo do mogno. É possível encontrar no solo do município diamantes, bauxita, níquel vermelho, ferro e ouro (PMCC, 2020, p. 03). Daí a prevalência da dimensão econômica do território de Canaã dos Carajás, que converge e dinamiza com as outras dimensões, como a política e a cultural, pois expressa-se de forma muito evidente as relações econômicas, as relações espaço-poder e as relações simbólico-culturais, tríade trabalhada por Haesbaert (2009).

Não à toa, Canaã dos Carajás constitui um dos maiores complexos minerários do planeta, o Projeto Ferro da Vale do Rio Doce (CVRD), que é um sistema integrado - mina, ferrovia e porto - voltado para a mineração e exportação de ferro da província mineral de Carajás, no Sudeste paraense (COELHO, 2008, p. 245). Utilizando, segundo a Vale, 3% da Flona Carajás - FLONACA, que é uma Unidade de Conservação Federal de Uso Sustentável, abrange os municípios de Parauapebas, Canaã de Carajás e Água Azul do Norte, compondo o Mosaico de Carajás no estado do Pará (FAUSTINO e FURTADO, 2013, p. 15).

Nascida em 1º de junho de 1942 como a estatal Companhia Vale do Rio Doce, a Vale é hoje uma empresa privada que figura entre as maiores mineradoras globais. Nossas operações extrapolam fronteiras, estamos presentes em cerca de 30 países, compartilhando nossa missão de transformar recursos naturais em prosperidade e desenvolvimento sustentável (VALE, 2021).

Nesse movimento, com a descoberta do cobre em 1997, o município de Canaã dos Carajás foi submetido a uma dinâmica que redefine o seu valor enquanto espaço (VILLELA e GIUSTI, 2016, p. 07), transformando-se de uma comunidade com bases agrícolas para ingressar numa lógica de produção mais intensiva em tecnologias e capitais, integrando-o às modernas redes produtivas globais.

Do ponto de vista político, algumas iniciativas por parte do poder público local são tomadas para viabilizar as instalações dos projetos de mineração em Canaã dos Carajás e também para aumentar as receitas do município, como por exemplo a criação e/ou alteração de leis já existentes. Como por exemplo, no dia 23 de maio de 2002, o poder executivo local, na época comandado pelo prefeito Anuar Alves da Silva, transforma área rural em área urbana, para que seja incrementada a receita municipal a partir dos trabalhadores da mineração que moram na cidade, visto que a referida lei autoriza o município a cobrar o Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU dos possuidores de imóveis dentro da área delimitada agora como urbana.

A exemplo do que ocorreu com a exploração do ferro, do manganês e do ouro em Parauapebas (Serra dos Carajás, também no Pará), os trabalhos de instalação e início da operação da mina de Cobre do Sossego ocorrem a partir de 2000 (PMC, 2016, p. 12), o que forçou a cidade receber um número bem elevado de trabalhadores para implantação da mina, usinas de beneficiamento, assim como no processamento do minério. Explorando o cobre, a mina de Sossego foi a primeira a ser construída, com início de suas operações em 2003 (CANAÃ DOS CARAJÁS, 2021).

Nesse processo histórico de transformação, o tecido urbano de Canaã dos Carajás desenvolveu-se a partir da Avenida Weyne Cavalcante, a principal via da cidade, cuja origem é a rodovia PA-160. O ponto central da cidade é o cruzamento das Avenidas Weyne Cavalcante e Pioneiros, onde começaram os primeiros pontos de ocupação e percebe-se ainda um pequeno conjunto de eixos dotados de integração viária, que se expande numa rede com baixos níveis de integração, concorrendo para a fragmentação do tecido urbano (PLHIS, 2013).

A mobilização feita pela Vale para as instalações e execução dos Projetos Sossego e S11-D começa por volta do ano 2000, atraindo pessoas de outras regiões do estado do Pará e de várias partes do Brasil, alterando a densidade populacional da cidade. O município sofreu uma explosão populacional, saltando de 10.922 habitantes em 2000 para 33.632 habitantes em 2015 (IBGE, 2010). Em apenas 15 anos, o município obteve uma surpreendente taxa de crescimento, acima de 208%. O gráfico 1 mostra este crescimento e as estimativas previstas para a cidade de Canaã dos Carajás nos próximos anos.

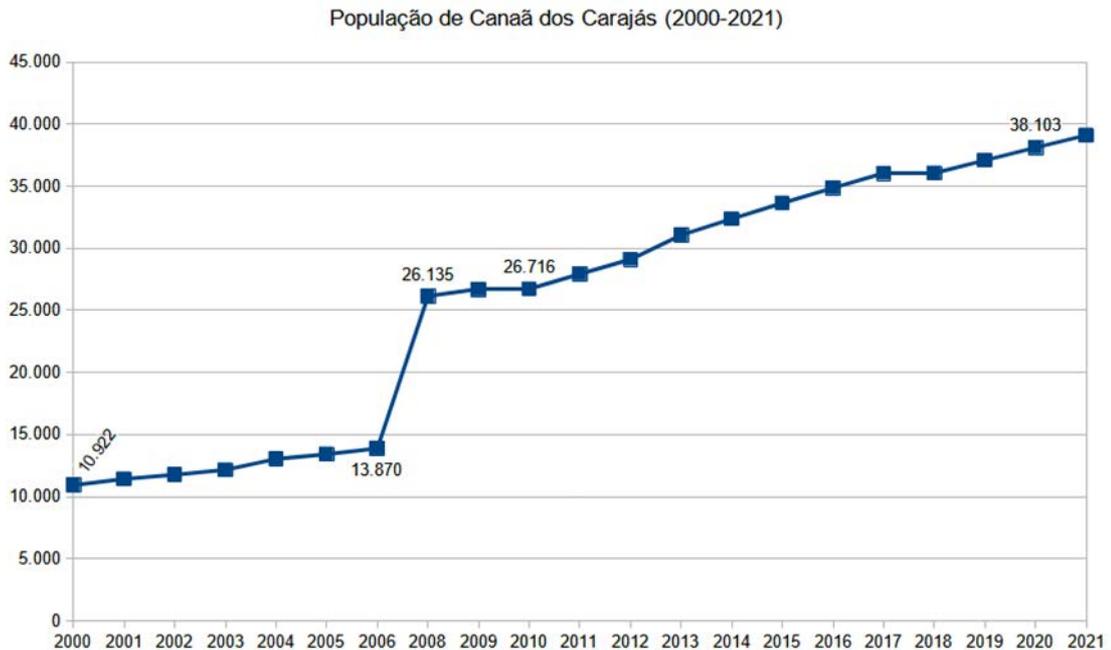


Gráfico 2: População de Canaã dos Carajás - 2000/2021. Fonte: IBGE, 2021.

Em Canaã dos Carajás, a mineração fomentou a produção imobiliária e a grande pecuária, que compõem um circuito superior, e as práticas de produção familiar (agricultura urbana, apicultura, artesanato, etc.) e de varejo e serviço informal, constituindo um circuito inferior (CARDOSO *et al.*, 2018, p. 126). Segundo Cardoso *et al.* (2018), a reorganização do território, neste caso, se dá com base em novas lógicas, que são: a busca do assalariamento, a especialização de mão de obra e o território como base para a produção e a transformação da cidade em mercadoria. A demanda por comércio, serviços e mão de obra, gerada pelo empreendimento, consolidou o crescimento da cidade (PDP, 2007, p. 60).

A pequena cidade de Canaã dos Carajás tem seu ritmo cada vez mais entrelaçado com o ritmo do grande capital. Ela possui uma dinâmica própria de uma cidade na floresta, ou seja, aquelas cidades que tendem a se articular principalmente com demandas externas, fazendo da floresta um elemento de pouca integração à vida urbana e, ao mesmo tempo, transformando-a em espaço de exploração econômica (TRINDADE JR., 2010). A paisagem urbana de Canaã dos Carajás, uma cidade na floresta, passou por mudanças importantes. As figuras 6, 7 e 8 apresentam o retorno da Avenida Weyne Cavalcante em épocas diferentes, evidenciando as metamorfoses que operaram no processo de modernização da produção do espaço urbano.



Figuras 6, 7 e 8: Retorno da Avenida Weyne Cavalcante 1995/2004/2021. Fonte: Figuras 6 e 7 - Acervo PMCC/SEPLAC (2021); Figura 8 - própria (2021).

Essas metamorfoses aprofundaram-se especialmente a partir dos anos 2000, com a mobilização para a construção da Mina do Sossego. Rapidamente, a atividade mineral tornou-se a base econômica da cidade, transformando a Vale S.A. na principal “promotora” do crescimento econômico municipal. A Vale, juntamente com o poder público local, planejam, criam e executam estratégias para promover a pequena cidade de Canaã dos Carajás na *Capital do Minério*, ou seja, num dos polos de extração mineral mais importantes do estado do Pará.

A Vale demanda os serviços de empresas e mão de obra. Estas empresas que prestam serviços também empregam mão de obra que geralmente exige pouca qualificação. O poder público, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Canaã dos Carajás, promove subsídios atrativos para estas empresas instalarem-se no município, o que permitiu a constituição de um Polo Industrial. Esse polo produtivo atende principalmente a mineração. A população da cidade se beneficia da geração de postos de trabalho no Polo Industrial. Apesar da formação dessa

centralidade, alguns serviços que os municípios precisam acabam ficando por conta de outras cidades maiores como Parauapebas, Marabá e Redenção.

De fato, a exploração das minas do Sossego e S11-D contribuíram para transformar Canaã dos Carajás. A jazida mineral do Sossego foi descoberta em 1997. A Mina do Sossego teve a sua construção iniciada em 2002. O empreendimento é formado por dois corpos minerais, denominados Sossego e Sequeirinho (REVISTA MINÉRIOS, 2014). Ao entrar em operação, a Mina do Sossego marcou a entrada da Vale no mercado mundial de cobre e ajudou a transformá-la em uma das maiores empresas de mineração diversificada do planeta (VALE, 2014).

O Projeto Sossego também foi a primeira mina de exploração mineral em Canaã dos Carajás, fazendo o município dar um salto em importância econômica tanto para a Região de Carajás como para o estado do Pará. A participação do Projeto Sossego na economia de Canaã dos Carajás é muito expressivo, como é possível de ser observado pelo crescimento do Produto Interno Bruto municipal (VILLELA e GIUSTI, 2016, p. 07) e pelos vários investimentos em obras de infraestrutura urbana que foram empregados na cidade com recursos provenientes dos impostos minerários (asfalto, construção de escolas, postos de saúde, saneamento básico, energia elétrica, dentre outros serviços), todos essenciais para atender a nova demanda populacional atraída pela mineração.

Por exemplo, a então empresa estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) investiu US\$ 413 milhões no desenvolvimento do Sossego (VALE, 2004). Foram investidos R\$ 12 milhões no treinamento de mão de obra e R\$ 39 milhões em diversas ações que, segundo a própria empresa, resultaram em significativos benefícios para a população do município de Canaã dos Carajás, no estado do Pará (VALE, 2004). Todos esses investimentos trazem grande retorno financeiro, tanto para a mineradora quanto para os cofres públicos municipais. As receitas da cidade cresceram incomparavelmente desde o início da atividade minerária, somente no ano de 2010 o valor da produção da mina do Sossego alcançou R\$ 1,501 bilhão (VALE, 2010), o que representa, portanto, 70,86% do PIB de Canaã dos Carajás (VILLELA e GIUSTI, 2016, p. 08). No entanto, a maior parte desta riqueza não fica na cidade, pois seus acionistas não residem no município.

O que evidencia que a relação da Vale com o território local é seletiva, pois privilegia os atores e as porções deste território que estão mais vinculados com o espaço produtivo, financeiro e comercial da mineradora, os quais apenas podem ser identificados quando consideramos que o fenômeno transcende a escala local de análise (VILLELA e GIUSTI, 2016, p. 08)

Isso é claramente percebido quando se cruza os dados sobre alguns indicadores sociais. A realidade que se verifica em alguns setores da cidade é bem contraditória. Cita-se que os bairros que mais crescem na cidade são os mais pobres, com pessoas de baixa renda que, em geral, encontram-se em “invasões”, isto é, ocupações irregulares. Essas ocupações são constituídas por famílias com algum tipo de

fragilidade social, indicado pelo número de beneficiários em programas de distribuição de renda (Gráfico)

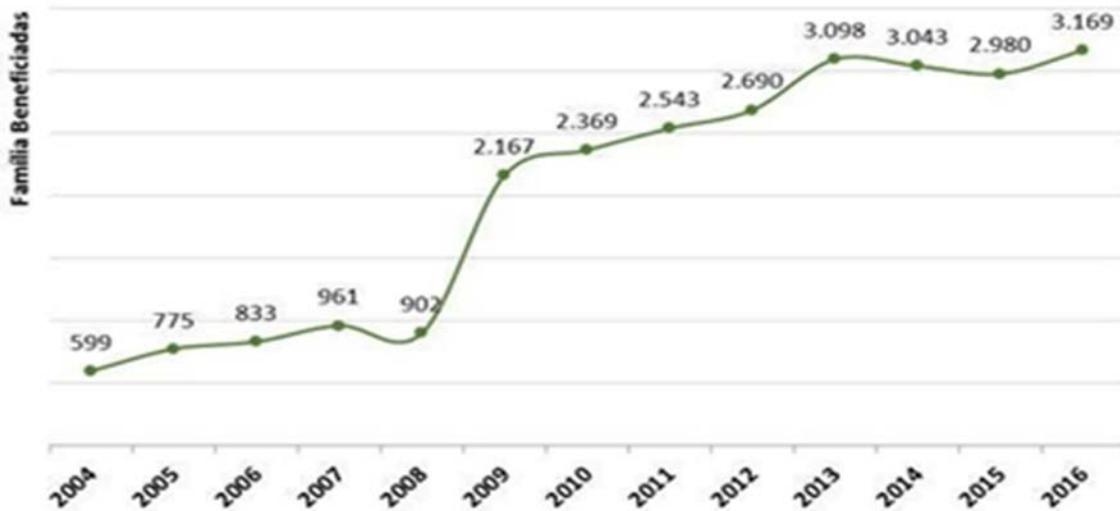


Gráfico 3: Número de famílias beneficiárias do programa Bolsa família: Canaã dos Carajás - 2004/2020. Fonte: PLHIS (2016).

Canaã dos Carajás, ostenta ser a detentora de um dos maiores PIBs do estado e até mesmo do país, no entanto, no gráfico 3, podemos perceber que conforme aumentam os números de pessoas no município, também aumentam as demandas por auxílio do governo, o que demonstra que boa parte das famílias que chegam na cidade nem sempre são absorvidas pelo mercado de trabalho.

Por sua vez, o Projeto Ferro Carajás S11-D é o maior complexo minerador da história da Vale, também está localizado no município de Canaã dos Carajás, na porção sudoeste da Flona Carajás. A usina encontra-se na área externa aos limites da referida unidade de conservação. No Projeto S11-D, o método utilizado é chamado de lavra a céu aberto e o beneficiamento é feito com umidade natural, que não precisa de represa d'água. Há uma previsão de vida útil de 39 anos para o Projeto Ferro S11-D. O programa de produção, para uma escala de 90 Mtpa de minério ROM, prevê uma vida útil de 39 anos para a mina do Projeto Ferro Carajás S11D. A alimentação da usina de beneficiamento será constituída de hematita mole e hematita dura, com teor de ferro de 66% (VALE, 2021).

A Vale e a administração pública tentam criar projetos e infraestruturas que atendam a grande demanda de imigrantes que chegam à cidade, principalmente quando se inicia um novo projeto, foi assim também com o projeto Sossego, houve uma alta procura por serviços, por locação de imóveis, que muitas vezes não eram supridas por falta de imóveis disponíveis. Temos que levar em consideração que os projetos em Canaã dos Carajás são projetos relativamente novos e que a Vale já acumula uma vasta experiência em abertura de projetos deste tipo. Ao passo que o crescimento da

cidade se deu de forma muito acelerada, várias ações da Vale e do poder público municipal foram realizadas.

Quando observamos a expansão urbana da cidade, vemos que há toda uma preocupação com a inserção de atributos modernos à infraestrutura urbana. As principais avenidas da cidade estão sendo pensadas para atender um público bem diverso: ciclistas, pedestres, locais para estacionamentos públicos, arborização, etc. A princípio cria-se esta expectativa por conta dos projetos mais imediatos da Vale, mas também se vincula ao inequívoco conhecimento dos recursos minerais de que dispõe a localidade, bem como das intenções de empreendedores, em particular a Vale, sobre a região (VALE, 2010, p.7). Portanto, há uma forte relação entre os projetos da Vale e o crescimento e a expansão urbana da cidade. Nesse sentido, as estratégias do grupo econômico Vale em Canaã dos Carajás implica na modernização da produção do espaço urbano.

1.3 As estratégias do grupo econômico Vale S.A. e suas implicações na produção do espaço urbano

É preciso compreender o espaço em sua totalidade para se entender a realidade, portanto, é a partir da totalidade concreta, que vai além da soma das partes (LENCIONI, 1999), que se compreende também a relação entre elas, por isso, o todo não pode ser petrificado na abstração como o que está além das partes, já que o mesmo se cria na interação das partes (OLIVEIRA, 2011). Mais particularmente, o espaço urbano é um momento da produção do espaço geográfico.

O espaço urbano capitalista é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço” (CORRÊA, 2005, p. 11). As estratégias dos agentes produtores do espaço urbano variam no tempo e no espaço, a relação entre eles torna-se mais complexa ao passo que os interesses que representam podem ser opostos e/ou iguais, acirrando ainda mais a disputa ou colaborando para a formação de alianças (OLIVEIRA, 2011).

O conteúdo que o espaço agrega determina as escolhas dos agentes envolvidos. No caso da mineração, o consumo dos espaços, por sua vez, dar-se, entre outras coisas, a partir do usufruto dos lugares, bem como do acesso que se tem a elas, que pode ser analisado, a partir da circulação e da possibilidade do indivíduo, pelo deslocamento na cidade e, portanto, usufruir dela. Contudo, é válido ressaltar que este espaço não é consumido igualmente, ao passo que nem todos possuem as mesmas condições de acessibilidade, um importante ponto para o estudo da produção do espaço urbano porque deixa explícita a distinção entre ricos e pobres e suas condições de mobilidade, que pode ser entendido como resultado da produção desigual do espaço (OLIVEIRA, 2011, p. 04).

Antes do início das operações, a Vale busca um local próximo para a construção dos alojamentos e/ou a vila operária, onde se cria uma infraestrutura básica para trabalhadores dos projetos e suas famílias. Constroem-se escolas, hospitais, espaços para comércio, lazer etc., mas, principalmente casas para moradia.

Assim, surgiram as vilas de apoio em Tucuruí-PA, Barcarena-PA (Vila dos Cabanos) e Parauapebas-PA (Núcleo de Carajás) e tantas outras que surgem para suprir as

demandas dos projetos. Essas vilas geralmente, devido as longas distâncias das centralidades mais importantes, são projetadas geralmente com aeroporto, casas de diferentes padrões, hotel, centro comercial e bancário, hospitais, escolas etc. Normalmente, a empresa responsável pelo projeto custeia as despesas com a manutenção da vila (iluminação, energia, construções, abastecimento de água, etc.). Em Canaã dos Carajás houve uma pequena alteração nessa lógica que vinha se mantendo nos projetos de mineração na Amazônia. Como o CEDERE II já havia evoluído para uma pequena cidade, já se tinha uma estrutura aproveitável próximo à mina. Então a Vale, em parceria com o poder público local, passou a investir nestes espaços públicos e comprou lotes em diversos pontos da cidade, construindo sua estrutura necessária de forma mais dispersa se comparado com as outras experiências mencionadas (Tucuruí, Barcarena, Parauapebas, entre outras). Primeiro, focou-se na construção de locais para alojamentos (hotéis, construção de alojamentos temporários), depois das casas distribuídas em pontos estratégicos² e, posteriormente, do hospital, escola, clube de lazer, casa da cultura³ (figura 9).



² O acesso às casas, ou seja, o asfaltamento das ruas foi feito pela Vale. Nos bairros tinham casas tanto da Vale como da comunidade preexistente. Portanto, aqueles que moravam ali próximo também podiam usufruir dos benefícios. A segurança das casas e dos prédios da Vale também era reforçada, haviam vigilantes 24 horas por dia nas quadras onde tinham obras da Vale, isso num primeiro momento, depois ficou sob responsabilidade do poder público.

³ A Casa da Cultura de Canaã dos Carajás foi inaugurada em 2004, já passou por várias reformas e, além de uma pequena biblioteca, conta com um auditório e oferece eventos, shows, exposições, cursos à comunidade (alguns gratuitos e outros com custos). O espaço tem como objetivo possibilitar encontros, troca de ideias e criações. É um convite para que os visitantes convivam, compartilhem experiências e aprendam em conjunto (VALE, 2004).

Figura 9: Casa da Cultura no bairro Jardim das Palmeiras. Foto: própria.

Neste processo de produção de espaços, as construções da mineradora foram entrelaçando-se ao tecido urbano da cidade já existente. A empresa, em parceria com o poder público, foi operando no processo de modernização dos espaços. Ao final, isso gerou economia de custos à Vale, pois enquanto que em uma vila operária de projetos de mineração (geralmente iniciada do zero) as responsabilidades com a segurança e com a manutenção da vila são custos exclusivos da empresa mineradora, em Canaã dos Carajás os custos e as responsabilidades passam a ser do poder público. Em suma, a Vale apresenta-se como um dos principais agentes da produção do espaço, especialmente com a construção de casas para a mão de obra. Nas figuras 10 e 11, nota-se a disposição das casas oriundas da atuação da Vale que atendem as demandas do Projeto Sossego.



Figuras 10 e 11: Casas da Vale no bairro Jardim das Palmeiras. Fonte: própria.

Com o avanço da exploração dos projetos de mineração, intensificou-se outras formas de uso do espaço urbano a partir do planejamento realizado pela Vale. Em suma, têm-se uma espécie de periodização do espaço em Canaã a partir do planejamento urbano dinamizado pela execução dos projetos de mineração: as casas do período do Projeto Sossego e as do S11-D. As casas para o projeto S11-D têm uma outra forma e organização.

Para o projeto S11-D, a Vale continuou com a dinâmica de divisão de responsabilidades com o poder público, ocupando os espaços, conforme percebemos nas figuras 12 e 13. Foi adquirida uma grande área para produção de um condomínio

aberto⁴. Neste espaço só tem casas da Vale, mas as despesas e manutenção dos imóveis são do poder público ou do funcionário (morador).

Figura 12 e 13: Casas da Vale no Bairro Jardim para o Projeto S11-D. Fonte: própria.

Além das casas que atendem aos funcionários da Vale, foram construídas na cidade



várias outras obras de infraestrutura, destaca-se um hospital com 40 leitos, uma escola, clube da lazer (Figuras 14 e 15). Várias ruas internas da cidade foram pavimentadas, somando um total de 20 km, e mais de 100 km de rodovias asfaltadas. A cidade recebeu rede de água e esgoto, além de um quartel para a Polícia Militar do estado do Pará e uma delegacia de polícia (VALE, 2004).

Figura 14: Escola Vale - Núcleo de Educação Infantil. Fonte: própria

⁴ Diferente do padrão de “condomínios fechados” em que mesmo a circulação nas vias é limitado, este tipo de zoneamento produziu um aglomerado de livre tráfego, isto é, um espaço público.



Figura 15: Clube da Vale - Canaã esporte Clube. Fonte: própria

Além destas estruturas, muitas outras foram construídas e entregues ao município, como escolas. É importante citar a agência de desenvolvimento, que visa fomentar o desenvolvimento de arranjos produtivos locais. A cidade cresce em um ritmo bem acelerado, motivado pela demanda imposta pelo capital. Além dos prédios construídos pela Vale, há também um grande canteiro de obras na cidade promovida pelo poder público local com financiamento dos recursos vindos dos impostos pagos à cidade pela exploração do minério.

Referências

BECKER, Bertha. **Redefinindo a Amazônia: o vetor Tecno-Ecológico**. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L (org.). Brasil: questões atuais de reorganização do território. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. **Estudos Avançados**, 19 (53), 2005

CABRAL, E. R.; ENRÍQUEZ, M. A. R. S.; SANTOS, D. V. **Canaã dos Carajás - do leite ao cobre: transformações estruturais do município após a implantação de uma grande mina**. In: Recursos minerais & sustentabilidade territorial. Grandes minas. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2011. v.1. p.39-68.

CANAÃ DOS CARAJÁS. **Estatística Municipal**. Canaã dos Carajás-PA: Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, 2014.

CANAÃ DOS CARAJÁS. **Mapa gastronômico**. Canaã dos Carajás-PA: Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, 2020.

CANAÃ DOS CARAJÁS. **Plano Diretor Participativo**. Vol. 1 e 2. Canaã dos Carajás-PA: Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, 2007.

CANAÃ DOS CARAJÁS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Canaã dos Carajás-PA: Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, 2013.

CANAÃ DOS CARAJÁS. **Plano Local de Habitação de Interesse Social**. Canaã dos Carajás-PA: Prefeitura Municipal de Canaã dos Carajás, 2018.

CARDOSO, A., CÂNDIDO, L., MELO, A. Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n.1, p.121-140, abr. 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10787>>. Acesso em: 04/04/2020.

CARDOSO, Daniel Monte. **Mineração e subdesenvolvimento: impactos da atividade mineradora nos municípios de Canaã dos Carajás, Marabá e Parauapebas (2004 – 2015)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). UNESP, Campinas, 2018.

COELHO, Maria C. N. **A CVRD e a (re)estruturação do espaço geográfico na Área de Carajás (Pará)**. In: CASTRO, Iná E.; GOMES, Paulo C. C.; CORRÊA, Roberto L (org.). Brasil: questões atuais de reorganização do território. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2005.

CORRÊA, Wilson George de Brito. **A ação do GETAT na região Sul e Sudeste do Pará. Marabá-PA**. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Socioambientais na Amazônia). UNIFESSPA, Marabá, 2016.

CRUZ, Thiago Martins da. **Mineração e Campesinato em Canaã dos Carajás: o avanço cruel do capital no sudeste paraense**. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Socioambientais na Amazônia). UNIFESSPA, Marabá, 2015.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia. **Contradições do desenvolvimento e o uso da Cfm em Canaã dos Carajás (PA)**. Rio de Janeiro: IBASE, 2018.

ENRÍQUEZ, Maria Amélia Rodrigues da Silva. **Maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira**. 2007. 449 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. **Mineração e violações de direitos: o projeto Ferro Carajás. S11-D da Vale SA**. Açailândia-MA: Relatoria do Direito Humano ao Meio Ambiente, 2013.

HAESBAERT, Rogério. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. Niterói, Universidade Federal Fluminense. ISSN 15177793 (eletrônico). **GEOgraphia**, vol: 22, n.48, 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 396p.

HAESBAERT, Rogério. Território e Multiterritorialidade: um Debate. **GEOgraphia** - Ano IX - No 17 – 2007.

HALL. Anthony L, **Amazônia Desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflitos Sociais no Projeto Grande Carajás**. Rio de Janeiro: Zahar. 1989.

HARVEY, David. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, p.73-89, jul./dez. 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/ls/article/viewFile/18497/13692>>. Acesso em: 21 out. 2019.

HÉBETTE, Jean. **Cruzando Fronteiras: 30 anos de campesinato na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2004.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. 2010. Disponível: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em 17/08/2021.

ICMBIO - CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE. **Plano de manejo da Floresta Nacional de Carajás**. Vol. II. Planejamento. 2016. Disponível: <[Microsoft Word - pm carajas vsfinal volumeii maio 2016.doc \(icmbio.gov.br\)](#)>. Acesso em 17/08/2021.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo: Edusp, 1999.

LENCIONI, Sandra. **Agricultura e urbanização: a capitalização no campo e a transformação da cidade - Jardinópolis: o estudo de um lugar**. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

LEOPOLDO, Eudes. A teoria regional na atualização da Geografia Crítica contemporânea: a urbanização da fronteira na Amazônia, a região do Sul e Sudeste do Pará. **Confins**, n. 44, 2020.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida. Política (E Ação) Pública, Território E O Papel Da Geografia. **Rev. da Anpege**, V. 7 N. 01, 2011.

LIMA. Janice Shirley Souza. **Educação Patrimonial na área do Projeto Serra do Sossego Canaã dos Carajás**. Belém: MPEG/CRVD-MSS/FIDESA, 2003.

LOPES. Herton Castiglioni, Instituições e crescimento econômico: os modelos teóricos de Thorstein Veblen e Douglass. **Revista de Economia Política**, vol. 33, no 4 (133), pp. 619-637, outubro-dezembro/2013

LOPES. Rafael Rodrigues; SANTOS, Marcelo Melo dos, CRUZ, Thiago Martins da. **Mineração e conflitos pela posse da terra em Canaã dos Carajás: O caso do acampamento Planalto Serra Dourada**. **Rever - Rev. de Extensão e Estudos Rurais**, v. 7 n. 2 (2018), julho-dezembro, 2018.

MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. In: MARTINS, José de Souza. **A Chegada do Estranho**. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 61-82.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu; SILVA, Regiane Paracampos da. Expansão geográfica, fronteira e regionalização: a região de Carajás. **Confinos** [online], 49 | 2021.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. Meio século de mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. **Estudos Avançados** (USP. Impresso), São Paulo / USP, v. 19, n.53, p. 187-208, 2005.

OLIVEIRA, Dayana Aparecida Marques. Discurso e planejamento urbano no Brasil. Revista **Geográfica de América Central**, Número Especial, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2213>. Acesso em: 21 out. 2019.

OLIVEIRA, Wesley; TRINDADE, José. R.; FERNANDES, Danilo A. O Planejamento do Desenvolvimento Regional na Amazônia e o Ciclo Ideológico do Desenvolvimentismo Brasileiro. **Ensaio FEE** (online), v. 35, p. 80-110, 2014.

PEREIRA, Airton dos Reis. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo**. Recife, 2013. 265 f. Tese (Doutorado em História) - UFPE, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História, 2013.

PEREIRA, Airton dos Reis. A colonização na transamazônica durante o governo de Emílio Garrastazu Médici. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul. 2015. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em 17/08/2021.

PRADO, André Luiz. Desenvolvimento urbano sustentável: de paradigma a mito. **Oculum Ensaio - Revista de Arquitetura e Urbanismo**, vol. 12, n. 1, Campinas, pp. 83-97, Janeiro-Junho 2015. Disponível em: . Acesso em: 21 out. 2019.

SERRA, Maurício Aguiar; FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004.

TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Rev. IEB**, n. 50 2010 set./mar. p. 13-138. 2010.

VALE. **Relatório a VALE em Canaã dos Carajás**. 2004

VALE. **Relatório a VALE em Canaã dos Carajás**. 2014

VALE. **Relatório a VALE em Canaã dos Carajás**. 2021

VILLELA, Raphael; GIUSTI, Fábio. Mineração de cobre em Canaã dos Carajás, Desenvolvimento e Impactos Socioeconômicos: Para Quem? In: **VII Congresso de la Asociación Latinoamericana de Población e XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Foz do Iguaçu /PR - Brasil, 2016.

